

ENCONTROS, CAFÉS E CONFLITOS: REFLEXÕES DE UMA PESQUISA-AÇÃO SOBRE REDES AUTÔNOMAS FEMINISTAS



Texto: Bruna Zanolli e Débora Prado

Tradução inglês-português: Ana Facundes

Esta publicação reúne reflexões de um projeto de pesquisa-ação coordenado por Bruna Zanolli e Débora Prado e realizado com a colaboração de um grupo de trabalho integrado ainda por Carla Jancz, Daiane Araujo dos Santos, Glaucia Marques e Natália Santos Lobo. Com um agradecimento especial aos moradores dos quilombos de Barra do Turvo e às mulheres e parceiras da SOF – Sempreviva Organização Feminista, da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) e da MariaLab.



O projeto de pesquisa-ação “[Action-research on Feminist Autonomous Networks](#)” foi realizado no escopo da Feminist Internet Research Network (FIRN), uma rede de pesquisa multidisciplinar e colaborativa liderado pela Association for Progressive Communications (APC), e financiado pelo International Development Research Centre (IDRC).

As visões expressadas neste documento e no projeto não necessariamente refletem as do IDRC.



feminist
internet
research
network



IDRC • CRDI

International Development Research Centre
Centre de recherches pour le développement international

Canada

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Publicado em dezembro de 2021.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
OS ELEMENTOS DE NOSSO ENCONTRO	6
NOTAS SOBRE A METODOLOGIA E VISÃO GERAL DA TRAJETÓRIA DO PROJETO	9
PRÁTICAS INTERSECCIONAIS E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	13
RAÇA E RACISMO	18
A CONSTÂNCIA DO IMPREVISTO	20
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA NÃO CONCLUIR	22

Encontros, cafés e conflitos: reflexões de uma pesquisa-ação sobre redes autônomas feministas

INTRODUÇÃO

Este artigo resume as reflexões do projeto de pesquisa-ação desenvolvido entre 2019 e 2021 por um grupo formado exclusivamente de mulheres¹, que montaram uma rede comunitária em uma área sem conectividade de internet no Brasil, o Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca, enquanto realizavam um processo de pesquisa participativa sobre tecnologias de informação e comunicação, mais especificamente sobre redes comunitárias, com uma lente feminista interseccional.

Este projeto de pesquisa-ação previa a implementação de uma rede comunitária Wi-Fi no Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca, buscando o envolvimento de toda a região em diversas oficinas e trocas de conhecimento sobre redes, infraestrutura feminista, educação popular, agroecologia, relações de gênero e raça, tecnologias tradicionais e digitais, autonomia e tecnologias de comunicação. Além disso, contemplou a produção de conhecimento nesse campo, com base em duas questões iniciais de pesquisa formuladas para guiar nossas reflexões a partir das experiências com a comunidade local: como expandir o alcance das tecnologias de rede comunitária entre as mulheres e os povos tradicionais, considerando as relações de poder que atravessam a perspectiva de conectividade e comunicação autônomas? E quais são as principais mudanças quando uma infraestrutura tecnológica é pensada e desenvolvida através de uma perspectiva feminista interseccional? Considerando a lente interseccional,

¹ Nosso grupo de pesquisa e facilitação foi formado por seis mulheres com formação multidisciplinar: Bruna Zanoli é ativista na área de comunicações autônomas e direitos humanos, com interesse em princípios feministas interseccionais e educação popular como ferramentas para reduzir as lacunas no acesso.

Carla Jancz é Especialista em Segurança da Informação e trabalha com segurança digital para organizações do terceiro setor e com tecnologias livres e redes autônomas, a partir de uma perspectiva feminista e holística. Integrante do MariaLab, um coletivo feminista hacker que explora a intersecção entre gênero e tecnologia, baseado em São Paulo, Brasil.

Daiane Araujo dos Santos é uma ativista brasileira em direitos humanos e no campo das Tecnologias da Informação e Comunicação, que contribui para implementação de redes comunitárias no Brasil, trazendo discussões sobre a apropriação crítica da tecnologia e seu impacto na vida social e comunitária das pessoas. Morando na periferia do sul de São Paulo (Brasil), formou-se em Geografia em 2018 e, desde 2010, trabalha com movimentos sociais.

Débora Prado é jornalista e ativista com formação em comunicação social, feminismo e direitos humanos. Desde 2017, está envolvida na pesquisa de tecnologias e conhecimentos feministas para desafiar as normas androcêntricas e coloniais.

Glauca Marques é agrônoma e faz parte da equipe técnica da SOF (Sempreviva Organização Feminista) que atua na região do Vale do Ribeira, contribuindo com a comercialização solidária e assistência técnica agroecológica e feminista para a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA).

Natália Santos Lobo é agroecologista e faz parte da equipe técnica da SOF no Vale do Ribeira, trabalhando com a RAMA.

acrescentamos uma pergunta estrutural a nós mesmas ao longo do desenvolvimento do projeto: como a raça está conectada a estruturas sistêmicas desiguais de poder nesta experiência, considerando que este projeto foi realizado por nosso grupo², composto principalmente por mulheres brancas, em um território majoritariamente de mulheres negras?

Mais do que obter respostas, as perguntas nos ajudaram a ampliar um conjunto de reflexões a partir do encontro entre diferentes formas de viver e de produzir conhecimentos e técnicas, que escapam em certa medida aos modelos normativos no campo das tecnologias digitais³, como a predominância masculina branca nesse campo e os processos de concentração de poder na Internet por grandes corporações que utilizam modelos manipuladores e não transparentes de relações com essas tecnologias. O objetivo deste artigo é compartilhar parte das reflexões que emergiram de nossa experiência, esperando contribuir para pesquisas e iniciativas de apropriação tecnológica que também se dedicam a fortalecer a diversidade nesses dois campos.

Vale a pena compartilhar que entendemos as redes comunitárias como uma solução de conectividade para reduzir a falta de acesso⁴ por meio da instalação coletiva de uma infraestrutura de nível local e da gestão compartilhada dos aspectos técnicos e humanos de uma rede. Recentemente, as redes comunitárias têm sido vistas como uma alternativa para a busca de maior autonomia em relação à comunicação e conectividade e para promover interações sociais locais, em territórios distintos, com infraestruturas digitais⁵. Como resultado, o debate sobre redes comunitárias vem ganhando novas perspectivas, ultrapassando o campo das soluções de conectividade para lugares e populações sem acesso à Internet para se vincular a outras agendas políticas, tais como as perspectivas críticas sobre a Internet e o engajamento em lutas pela efetivação de direitos humanos. Entre a multiplicidade de agendas que podem permear o processo de instalação e manutenção de redes comunitárias, está a

² Neste artigo, quando nos referimos a "nosso grupo", estamos considerando o grupo de ativistas feministas e do campo da tecnologia e educação popular que se envolveram de diferentes maneiras ao longo da execução do projeto de pesquisa-ação e contribuíram para a preparação de metodologias e viagens ao Vale do Ribeira. Embora, em uma tentativa de romper com práticas hierárquicas no campo da pesquisa, tenhamos adotado processos participativos e uma lente de encontro entre diferentes sujeitos – nosso grupo e os moradores da região do Vale do Ribeira – pareceu-nos artificial não diferenciar o grupo que liderou este projeto da comunidade local. Isso poderia soar como uma tentativa de nossa parte de "falar pela comunidade" e não com a comunidade. Nesse sentido, identificar nosso grupo pareceu importante para evidenciar o lugar de autoria deste relatório, especificamente, explicando que a intenção aqui é realmente explorar o poder dos encontros que este projeto proporcionou, posicionando as diferentes partes envolvidas.

³ ZANOLLI, Bruna; JANCZ, Carla; GONZALES, Cristiana; ARAUJO, Daiane; OLIVEIRA, Débora Prado. Feminist infrastructure and community networks: an opportunity to rethink our connections from the bottom up, seeking diversity and autonomy. Em: Global Information Society Watch 2018: Community Networks. APC, 2018
(<https://www.giswatch.org/en/infrastructure/feminist-infrastructures-and-community-networks>).

⁴ Com base nas reflexões e referências reunidas por Bruna Zanolli em <https://foundation.mozilla.org/en/blog/why-do-people-communities-need-connectivity/>.

⁵ Com base nas reflexões e referências reunidas por Débora Prado em <https://www.genderit.org/es/node/5348>

perspectiva feminista interseccional⁶, que articula as diferenças de gênero e raça, entre outras, para explicar estruturas de desigualdade e buscar justiça social. Essa perspectiva tem sido mobilizada por grupos ativistas por tecnologias livres como forma de buscar referências que ajudem a tornar esse campo receptivo para diferentes grupos e corpos, incluindo as mulheres na sua diversidade, pessoas trans e não binárias, entre outras.

O artigo inicialmente apresentará os elementos desse encontro com uma breve apresentação do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca e das principais referências das mulheres em nosso grupo. Em seguida, apresentaremos uma visão geral da abordagem metodológica que adotamos ao longo dessa jornada e da trajetória do projeto ao longo de dois anos. Finalizamos com nossas reflexões em torno de três tópicos que emergiram como fundamentais em nosso processo: 1) o significado das infraestruturas feministas⁷ para essa rede comunitária; 2) a importância da perspectiva de raça; e 3) nosso aprendizado no processo de tentar colocar em prática intenções baseadas nos interseccionais e da educação popular, enquanto enfrentamos a presença constante de imprevisto.

Queremos destacar que, entre os imprevistos, havia um que não podíamos imaginar no início dessa jornada: o surgimento de uma pandemia global e seus profundos impactos negativos no Brasil, agravados pelo fato de estarmos passando por uma emergência mundial sanitária e de saúde sob um governo de extrema direita que nega a ciência e as medidas de saúde pública, viola os direitos humanos e adota uma postura antifeminista, com uma inclinação autoritária agressiva em relação às comunidades tradicionais, como as quilombolas. Neste artigo não nos aprofundaremos nesses aspectos, mas consideramos importante assinalar como esse difícil contexto enquadra nossas reflexões, ao compartilharmos as conclusões do projeto.

⁶ Kimberlé Williams Crenshaw conceitualizou a interseccionalidade para denotar as diversas maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências de emprego das mulheres negras. Embora sua teoria tenha suscitado controvérsia, Crenshaw ajudou a tornar visível parte da dinâmica da interseccionalidade estrutural e apontou que pessoas e grupos experimentam a sobreposição de sistemas discriminatórios. Ela apontou também os limites da política de identidade, afirmando que seu problema "não é que ela não transcenda a diferença, como alguns críticos alegam, mas sim o oposto – que ela frequentemente entra em conflito ou ignora as diferenças intragrupo". Para obter mais informações, consulte: <https://www.racialequitytools.org/resourcefiles/mapping-margins.pdf>

⁷ Saiba mais sobre Infraestruturas Feministas em:

TOUPIN S., HACHE, A (2015). Feminist autonomous infrastructures. Global Information Society Watch 2015: Sexual rights and the internet. APC and Hivos

(www.giswatch.org/sites/default/files/gw2015-hache.pdf)

ZANOLLI, Bruna; JANCZ, Carla; GONZALES, Cristiana; ARAUJO, Daiane; OLIVEIRA, Débora Prado.

Feminist infrastructure and community networks: an opportunity to rethink our connections from the bottom up, seeking diversity and autonomy. Em: Global Information Society Watch 2018: Community Networks. APC, 2018

(<https://www.giswatch.org/en/infrastructure/feminist-infrastructures-and-community-networks>)

OS ELEMENTOS DE NOSSO ENCONTRO

A partir da visão geral de redes comunitárias apresentada acima, lançamos este projeto na América Latina, Brasil, na região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, na cidade de Barra do Turvo e, mais especificamente, no Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca. Segundo Daiane dos Santos Araújo⁸, os quilombos surgiram como refúgios para os negros que escaparam da repressão durante todo o período de escravidão no Brasil, entre os séculos 16 e 19. Os habitantes dessas comunidades são chamados de quilombolas. Após a abolição, a maioria deles preferiu continuar nas vilas que fundaram. Com a Constituição de 1988, seu direito de posse e uso das terras em que estavam foi legalmente reconhecido e, hoje, o Brasil tem mais de 15 mil comunidades quilombolas, aponta a Araújo.

O Vale do Ribeira, por sua vez, é uma região do Brasil composta por 25 cidades, incluindo Barra do Turvo, onde estão localizados sete quilombos reconhecidos pelas autoridades brasileiras. Um deles é o Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca, onde nossa rede comunitária surgiu através deste projeto de pesquisa-ação.

Na segunda metade do século 20, os chamados projetos de "desenvolvimento", como a construção de estradas, barragens e mineração, chegaram a esta região. Ao mesmo tempo, o Vale do Ribeira oficializou três parques nacionais. Não é difícil imaginar como a história dessa região é afetada por conflitos fundiários e lutas por melhores condições de vida⁹. No entanto, a região também carrega memórias de resistência:

O Vale do Ribeira, situado no extremo sul do estado de São Paulo, é a maior área de remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil. A presença de inúmeras comunidades tradicionais tornou possível a conservação destas áreas. Na região estão presentes 24 aldeias indígenas da etnia guarani, 66 comunidades quilombolas e 7.037 estabelecimentos da agricultura familiar que envolvem camponeses tradicionais (os caipiras), pescadores tradicionais (caiçaras) e migrantes oriundos das metrópoles brasileiras, em geral, filhos de pais agricultores expulsos da terra no passado e empurrados para áreas urbanas e que agora retornam à atividade rural¹⁰.

Considerando que diferentes realidades são impactadas de maneiras específicas por redes sociotécnicas, a localização deste projeto em um país e em um território atravessado por desigualdades estruturais nos ajuda a colocar em perspectiva como as redes comunitárias são especialmente necessárias em lugares onde muitos direitos

⁸ Disponível em:

<https://www.genderit.org/feminist-talk/contribution-bell-hooks-and-paulo-freire-construction-community-net-works>

⁹ Hillenkamp. Isabelle; Nobre, Miriam, 2018. Mais informações disponíveis em

<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>

¹⁰ Carla Jancz, Gláucia Marques, Miriam Nobre, Renata Moreno, Rosana Miranda, Sheyla Saori, Vivian Franco. Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF, 2018. Disponível em

<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>

não são garantidos. Os problemas técnicos são frequentemente os mais simples de resolver, e a conectividade muitas vezes se torna mais uma peça faltando em um grande quebra-cabeças de ausências e de resistências, em que muitas tecnologias não digitais, como as tecnologias analógicas e ancestrais, e saberes são mobilizados todos os dias. Por isso, inclusive, no decorrer de nossos encontros com a comunidade neste projeto, em uma das imersões definimos juntos a tecnologia como tudo o que envolve uma sabedoria e uma capacidade particular de ser materializado, e não apenas uma parafernália digital.

É nesse contexto que, desde 2015, a organização feminista brasileira SOF (Sempreviva Organização Feminista)¹¹ trabalha com mulheres agricultoras nas regiões quilombolas com uma perspectiva feminista e agroecológica, que se baseia em uma compreensão da economia centrada na reprodução de todos os recursos necessários para a vida. Nesse sentido, a produção e o consumo de alimentos são tomados como ponto de partida na busca da democratização de todas as relações de poder envolvidas na reprodução social¹².

A SOF tem trabalhado com a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) local, formada por grupos de mulheres de oito comunidades¹³ em Barra do Turvo. De acordo com a SOF, a transição para a agroecologia feminista em Barra do Turvo é um processo contínuo que busca valorizar o trabalho das mulheres, promover a autonomia econômica e renegociar os papéis de gênero entre mulheres e homens na região.

Esse trabalho anterior realizado pela SOF e a relação de confiança que construída com as redes de mulheres agricultoras locais foi fundamental para este projeto de pesquisa-ação. Primeiramente, porque foi a SOF, em contato com a RAMA e a organização feminista MariaLab¹⁴ que, buscando a autonomia de comunicação no território, começou a imaginar uma rede comunitária na região do Vale do Ribeira, já em 2017:

No Vale do Ribeira, demos os primeiríssimos passos para buscar essa autonomia de comunicação com a realização de oficinas de informática do projeto “Construindo capacidades e compartilhando experiências para uma

¹¹ <https://www.sof.org.br/a-sof/>

¹² Hillenkamp. Isabelle; Nobre, Miriam, 2018. Mais informações em

<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>

¹³ Estes são os grupos articulados na RAMA: As Margaridas (Bairro Indaiatuba), Rosas do Vale (Bairro Córrego da Onça e do Franco), As Perobas (Quilombo Terra Seca), Mulheres do Quilombo Ribeirão Grande, Mulheres do Quilombo Cedro, Mulheres do Bairro Rio Vermelho, Grupo Esperança (Bairro Bela Vista), Mulheres do Conchas. O grupo de mulheres chamado Perobas é o subgrupo RAMA que reúne as mulheres do Quilombo Terra Seca. Elas são agricultoras agroecológicas quilombolas que se reúnem para organizar as mulheres do bairro em suas organizações mistas de inserção (em cooperativas e associações, por exemplo). Elas também realizam suas próprias ações para o grupo de mulheres do bairro e se reúnem para comercializar seus produtos para consumidores responsáveis nas cidades de Registro e São Paulo. Mais informações disponíveis em português em:

<https://www.sof.org.br/2020-comecou-com-mais-um-encontro-de-redes-de-comercializacao-solidaria-em-barra-do-turvo/>

¹⁴ <https://www.marialab.org/>

economia inclusiva”, com apoio do Fundo Newton do Conselho Britânico. Nessa visita inicial, uma técnica de redes fez uma primeira análise geral do território e conversou com as mulheres sobre a possibilidade de instalar uma rede autônoma para, futuramente, distribuir a internet no local¹⁵.

A proposta da rede comunitária começa, assim, com o objetivo de potencializar a venda de produtos agroecológicos por meio das redes de economia solidária realizadas pelas mulheres agricultoras do Vale do Ribeira. Além disso, havia uma afinidade entre o ideal de buscar por autonomia política, que os movimentos feminista e quilombola já incorporavam, e o objetivo de obter maior autonomia de comunicação e tecnológica que geralmente são integradas aos projetos de redes comunitárias e infraestruturas feministas¹⁶. Na época da realização dessa primeira oficina na região, no entanto, não havia recursos para a implementação da rede comunitária nem para realizar a construção do conhecimento necessário para sua sustentabilidade¹⁷. Assim, surgiu em 2019 a possibilidade de uma aliança com nosso projeto de pesquisa-ação.

Com esse histórico de parceria entre as mulheres da SOF e a rede RAMA, nosso projeto chegou ao território não apenas com o desejo de uma rede comunitária já expresso, mas também apoiado por um grupo feminista ativo e respeitado, onde as alianças entre mulheres foram compartilhadas. Isso significava iniciar a construção de uma rede sociotécnica em uma situação em que os laços sociais e a articulação política já existiam e estavam abertos a uma abordagem inclusiva em relação às mulheres. Significava também ter como ponto de partida as relações que haviam se estabelecido em torno da nova rede comunitária: uma rede humana já formada por um grupo de mulheres articuladas.

Apontar os elementos desse encontro, mesmo que numa apresentação geral, é fundamental, pois as reflexões que construímos neste relatório não seriam possíveis sem essas ligações entre diferentes corpos, grupos sociais e campos do

¹⁵ Carla Jancz, Gláucia Marques, Miriam Nobre, Renata Moreno, Rosana Miranda, Sheyla Saori, Vivian Franco. Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF, 2018.

(<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>)

¹⁶ A ativista feminista Loreto Bravo (2017), escrevendo sobre sobre redes de telefonia em Oaxaca (México), propõe uma ponte ético-política entre a comunidade hacker e as comunidades locais para avançar com uma concepção de soberania tecnológica para conceitos de autonomia e autodeterminação. Há aqui uma ruptura ao não utilizar uma abordagem de soberania que poderia estar associada ao desenvolvimento dos estados-nação, considerando seu papel no processo de colonização, nem pensar em termos de liberdades individuais, em uma tradição mais liberal, mas deixando o fluxo aberto para o significado local e para abordagens mais coletivas. Nesse sentido, além da coletividade e da interdependência, a territorialização e a contextualização local também são constitutivas da noção de autonomia. Disponível em:

<https://www.ritimo.org/IMG/pdf/sobtech2-en-with-covers-web-150dpi-2018-01-10.pdf>

¹⁷ Carla Jancz, Gláucia Marques, Miriam Nobre, Renata Moreno, Rosana Miranda, Sheyla Saori, Vivian Franco. Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF, 2018.

(<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>)

conhecimento, que são atravessados por desigualdades históricas e estruturais de diferentes maneiras – e que são, ao mesmo tempo, lugares de resistência e cultivo de outras formas de viver e tecer tecnologias.

NOTAS SOBRE A METODOLOGIA E VISÃO GERAL DA TRAJETÓRIA DO PROJETO

Neste ponto, é importante destacar que para nós o encontro funciona como uma metodologia importante. Consideramos que os encontros que esse projeto permitiu foi central para o conhecimento que dele surgiu, uma vez que foi um passo essencial para construir relações permeadas consensos e conflitos, acordos e discordâncias, semelhanças e diferenças. Eles começaram com o encontro entre a SOF e as agricultoras quilombolas da região e depois entre elas e as brasileiras envolvidas neste projeto de pesquisa-ação e, finalmente, no grupo de pessoas articuladas na Rede Feminista de Pesquisa na Internet (FIRN)¹⁸ da Association for Progressive Communications (APC)¹⁹, que apoiou a realização deste projeto entre 2019 e 2021, não apenas com repasse de recursos, mas também por meio de processos de feedback e intercâmbios com outras pesquisadoras do Sul Global. As articulações entre diferentes grupos e entidades sociais estabelecidas teceram nossas reflexões nesta pesquisa-ação e emergiram como fundamentais para concretizar a pesquisa-ação.

Como pesquisadoras que carregam referências do feminismo interseccional²⁰ e do campo da educação popular²¹, somos orientadas por um compromisso de quebrar hierarquias ao máximo possível entre pesquisadores, articuladores, técnicos e membros da comunidade. Vale a pena mencionar que uma de nossas escolhas metodológicas é procurar romper com os legados coloniais na produção de pesquisa²²

¹⁸ <https://www.apc.org/en/project/firn-feminist-internet-research-network>

¹⁹ <https://www.apc.org/en/about>

²⁰ COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Revista Parágrafo, 5(1), 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Revista Estudos Feministas. Universidade Católica de Salvador, 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2019.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; PISCITELLI, Adriana; SZWAKO, José. Diferenças, Igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

²¹ FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessárias à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5019418/mod_resource/content/1/Pedagogia%20da%20Autonomia%20-%20livro%20completo.pdf. Acesso em 14 abr. 2022.

hooks, b. Teaching to Transgress: education as the practice of freedom. New York: Routledge, 1994.

²² HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. cadernos pagu (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de GêneroPagu/Unicamp, 1995, pp7-41. [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1_065_926_hARAWAY.pdf - acesso em: 12 de fevereiro de 2019].

e fugir das pretensões de neutralidade da pesquisa ou de esquemas que hierarquizam os diversos sujeitos e conhecimentos²³.

Em um sentido semelhante, no que diz respeito a tecnologias, a partir de experiências de campo e de nosso ativismo, trazemos para este projeto o desejo de evitar reproduzir a noção de que especialistas em tecnologias digitais e técnicos são as pessoas que teriam as melhores soluções para problemas em comunidades locais ou que as tecnologias digitais e a conectividade à Internet podem trazer soluções mágicas para problemas locais, históricos e complexos. Sob essa perspectiva, muitas vezes há uma suposição de que as comunidades que enfrentam desigualdades e discriminação têm uma necessidade de soluções "definitivas" ou "mágicas", que viriam de cima para baixo, o que pode levar à reprodução de narrativas hegemônicas, apresentando algumas escolhas sociotécnicas como universais, em detrimento de experiências, conhecimentos e tecnologias locais e de múltiplas formas de comunicação e vínculo já existentes em territórios específicos²⁴.

Nesse contexto, trazemos nossa perspectiva do campo da infraestrutura feminista – que inclui servidores, redes, cabos, antenas, software, hardware e o uso do espectro eletromagnético, protocolos e algoritmos, mas que também é feita de espaços, temporalidades, prioridades, relações entre humanos e máquinas e acordos que podem ser (mas nem sempre são) estabelecidos, verbalizados, visíveis e renegociados quando necessário²⁵. As infraestruturas feministas, portanto, não são apenas uma materialidade eletrônica produzida por mulheres e pessoas não binárias, mas também inclui pessoas que se comprometem a repensar sob outras perspectivas as prioridades, organização do espaço e do tempo, acordos, relações entre pessoas e grupos e até mesmo entre seres humanos e máquinas. Trazemos também nossa experiência com educação popular, considerando que ela poderia trazer sinergias com redes comunitárias e melhorar os processos de justiça social²⁶, ao propor uma abordagem coletiva e compartilhada para as experiências de aprendizado e construção de conhecimentos. Consideramos que esses antecedentes e perspectivas nos ajudaram a colocar o encontro em foco da metodologia, uma vez que ele emerge como um elemento-chave para a pesquisa.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte-MG, Letramento, 2017.

²³ Nesse sentido, ao longo do artigo, as reflexões da comunidade local, das mulheres de nosso grupo e as referências bibliográficas em que nos apoiamos são apresentadas entrelaçadas na mesma perspectiva. Pode parecer trivial e básico apontar isso no campo da pesquisa feminista, mas diante de práticas hierárquicas que ainda resistem em muitas pesquisas, achamos importante registrar esse aspecto.

²⁴ Zanolli, Bruna; Jancz, Carla; Gonzales, Cristiana; Araujo, Daiane; Oliveira, Débora Prado. Feminist infrastructure and community networks: an opportunity to rethink our connections from the bottom up, seeking diversity and autonomy. Em: Global Information Society Watch 2018: Community Networks. APC, 2018. Disponível em:

<https://www.giswatch.org/en/infrastructure/feminist-infrastructures-and-community-networks>

²⁵ Com base nas reflexões de Débora Prado em <https://www.genderit.org/es/node/5348>

²⁶ Com base nas reflexões de Daiane Araujo dos Santos em

<https://www.genderit.org/feminist-talk/contribution-bell-hooks-and-paulo-freire-construction-community-networks>

Guiadas por essas referências e reconhecendo que a prática traria novos desafios, procuramos definir uma metodologia que pudesse proporcionar a realização de reflexões coletivas ao longo de todo o projeto. Concordamos, portanto, que sempre faríamos uma etapa de preparação antes de cada visita de campo, um período de imersão para realização de oficinas na comunidade e uma reflexão sobre a imersão no retorno de cada visita, que daria subsídios para a preparação da próxima visita e assim por diante.

A opção pela imersão por períodos mais longos no Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca surgiu a partir conversa com uma líder local, Nilce de Pontes Pereira dos Santos²⁷, durante a preparação do processo de instalação da rede comunitária. Nilce nos indicou que a comunidade já enfrentou desafios relacionados à temporalidade nesse tipo de parceria com projetos de pesquisa anteriores e, mais especificamente, com o pouco tempo que os pesquisadores tendem a permanecer no território e dedicam para estabelecer conexões e colaborações com as comunidades rurais, onde a relação com o tempo é diferente da relação nas grandes cidades.

Em uma conversa preparatória para nossa primeira viagem ao Quilombo, Nilce expressou entusiasmo com a ideia da rede comunitária na região, mas também expressou algumas preocupações sobre o processo: 1) ela reclamou de alguns pesquisadores de universidades brasileiras que foram ao território, coletaram dados e nunca retornaram; 2) expressou preocupação com a apropriação do conhecimento local por pessoas associadas a instituições de pesquisa; 3) apontou as questões de temporalidades diferentes entre o campo e a cidade, mencionadas acima; e 4) também expressou sua preocupação com questões de segurança no uso da nova rede e dispositivos, especialmente em relação aos jovens que utilizam redes sociais.

Após a conversa inicial com Nilce e parceiras da SOF, consideramos que deveríamos manter uma perspectiva metodológica mista, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. Concordamos que deveríamos priorizar, para a coleta de dados, atividades coletivas e processos participativos, em vez de abordagens individuais como entrevistas. Além disso, fizemos pesquisas de literatura e materiais existentes, buscando outras referências acadêmicas sobre os quilombos nessa região e suas próprias produções como forma de evitar a repetição de perguntas que outros projetos de pesquisa possam ter feito antes ou sobre as quais já poderia haver conhecimento sistematizado disponível. Entre o início do projeto e março de 2020, seguimos essa metodologia e fomos ao Quilombo Terra Seca cinco vezes. Permanecemos entre três e cinco dias em cada visita, realizando processos imersivos de troca de conhecimento visando à instalação coletiva da rede comunitária.

²⁷ Nilce de Pontes Pereira dos Santos é fundadora da Associação de Quilombos Remanescentes de Ribeirão Grande e bairros da cidade de Barra do Turvo e representante da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) no âmbito da Articulação Agroecológica Nacional.

Nessas imersões²⁸, realizamos várias oficinas sobre tecnopolítica e comunicação e facilitamos momentos em que os moradores da comunidade puderam compartilhar seus conhecimentos conosco e sonhar coletivamente com o futuro da rede comunitária. Mapeamos suas expectativas em torno do desenvolvimento da rede comunitária da seguinte maneira:

- Ajudar os jovens em seus trabalhos escolares;
- Ser uma ferramenta para que a rede de mulheres agricultoras se comunique melhor e organize suas atividades econômicas;
- Auxiliar na organização e agendamento de diversas reuniões que acontecem na comunidade;
- Dispor de um servidor com uma compilação de materiais culturais e artísticos, como filmes, livros, jogos e outras mídias baixadas da Internet;
- Compartilhar materiais educativos e vídeos sobre agroecologia (por exemplo, como administrar pragas);
- Refletir sobre quão seguras são as plataformas de Internet que as pessoas mais utilizam, quais são os riscos aos quais estamos mais vulneráveis e como navegar de forma mais segura na Internet;
- Promover discussões e trocas de conhecimentos sobre questões sociais, políticas e econômicas que atravessam o território e afetam sua população.

Nessa jornada, instalamos junto com a comunidade uma torre de bambu, uma torre de madeira e três nós de uma rede em malha utilizando LibreMesh²⁹, instalados em antenas CPE acessíveis e roteadores padrão. Até agora, eles compartilham coletivamente o sinal de uma conexão via satélite entre cerca de 15 famílias – não é a conectividade mais rápida, nem perfeita para suas necessidades, mas é um importante passo inicial. Além disso, há um Raspberry Pi³⁰ com uma versão feminista do Pirate Box³¹ – uma Fuxico³², que desempenha a função de um pequeno servidor local, operando como repositório para troca de documentos e mídia, fóruns e um serviço de bate-papo local³³.

Retomando a perspectiva das infraestruturas feministas, no entanto, é importante ressaltar que para nós a infraestrutura da rede é apenas um de seus aspectos, sendo que cada encontro, reunião e troca de afeto e conhecimento entre as pessoas – a infraestrutura humana – tornou-se mais importante do que roteadores e fios. E esse foi um aspecto do projeto seriamente afetado pela pandemia. Devido à crise sanitária da COVID-19, tivemos que deixar de ir à comunidade por muitos meses, mas conseguimos

²⁸ Por razões de formato e escopo deste artigo, não descreveremos em detalhes a metodologia de cada imersão realizada, mas esse é um ponto que ainda pode ser melhor explorado e compartilhado em futuros desenvolvimentos deste projeto.

²⁹ <https://libremesh.org/>

³⁰ <https://www.raspberrypi.org/>

³¹ <https://piratebox.cc/faq>

³² <http://redeautonomafeminista.org/fuxico>

³³ Há a intenção de instalar um servidor mais robusto para ter mais serviços disponíveis na rede local, operando sem passar pelo medidor de pacotes de dados fornecidos via satélite, mas não foi possível chegar a essa etapa devido aos atrasos causados pela pandemia.

ir mais uma vez em janeiro de 2021, completando 6 visitas no total³⁴. Na última viagem, porém, tivemos que adaptar nossa metodologia e, em vez dos processos de conversas e reflexões coletivas realizadas nas cinco visitas anteriores, acabamos realizando entrevistas semiestruturadas com pessoas que participaram do processo, visando reunir elementos para uma avaliação conjunta da trajetória³⁵. A situação no Brasil, no entanto, logo se agravou novamente e não conseguimos concluir todas as visitas planejadas até o encerramento do projeto em 2021.

PRÁTICAS INTERSECCIONAIS E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Embora tenhamos mantido nosso compromisso de equilíbrio de gênero no grupo mobilizado através das imersões³⁶, este foi um objetivo desafiador por vários motivos, que procuramos discutir com as pessoas da comunidade através das entrevistas de avaliação³⁷.

³⁴ Na visita realizada durante a pandemia, desenvolvemos um protocolo de segurança com base nas diretrizes das autoridades sanitárias, o que permitiu que um grupo menor de pessoas se deslocasse, usando máscaras N95 e testando para COVID-19 todas as pessoas que compartilhariam alojamento. Não podíamos mais fazer refeições coletivas e suspendemos as imersões para evitar reunir muitas pessoas. Também evitamos entrar nas casas dos moradores, limitando um contato mais próximo com as pessoas que vivem no território.

³⁵ Concordamos que essas entrevistas para avaliação seriam anônimas e apresentadas em forma de resumos. Em termos gerais, a comunidade elogiou o aspecto da construção conjunta da rede comunitária. As pessoas disseram que se sentiam confortáveis em participar das imersões e não relataram problemas que as teriam afastado dos espaços criados neste projeto. Entretanto, um aspecto negativo apontado foi a pandemia e os longos períodos de atividades suspensas, que em nossa perspectiva continuam sendo um desafio para as redes comunitárias que trabalham com infraestruturas feministas. Por questões de prazo para conclusão do projeto e considerando os atrasos causados pela pandemia, infelizmente as reflexões captadas pelas entrevistas não serão abordadas em profundidade neste artigo. Mas há um acordo com a APC/FIRN para a produção de um novo artigo decorrente desta pesquisa-ação, em que essas informações e reflexões serão melhor trabalhadas. Quando publicado, este artigo estará disponível no repositório deste projeto em <https://firn.genderit.org/research/encounters-coffees-and-conflicts-reflections-action-research-feminist-autonomous-network>

³⁶ Por um lado, as mulheres são com mais frequência mantidas longe de lugares de interação e conhecimento técnico relacionados a essas infraestruturas de rede digitais – assim, uma força-tarefa torna-se explicitamente necessária para romper com as normas que reforçam esse distanciamento – e, por outro lado, buscamos não entender "feminista" como sinônimo de "feito por mulheres". Portanto, nesta pesquisa-ação consideramos um esforço em ambos os sentidos: criar uma experiência que seja acolhedora para as mulheres e, ao mesmo tempo, trazer a perspectiva feminista para grupos mistos que envolvem todos da comunidade que desejam participar.

³⁷ Nossa ideia inicial era compartilhar nossas reflexões de pesquisa com a comunidade no final do processo de instalação da rede e discutir questões como essas dinamicamente, seguindo o modelo de imersões que realizamos. Entretanto, com a pandemia da COVID-19, a conclusão da instalação da rede comunitária foi postergada e, para proteger todos os envolvidos, tivemos que cancelar as reuniões coletivas. Sendo obrigadas a mudar nossa estratégia, realizamos, então, em março de 2021, entrevistas semiestruturadas com pessoas da comunidade para captar suas reflexões. Como resultado da pesquisa, estamos produzindo um zine com as reflexões de gênero e raça para enviar à comunidade. Esperamos poder falar sobre essas reflexões com a comunidade em breve, quando as condições sanitárias no Brasil permitirem, mesmo que isso aconteça após o encerramento deste projeto de pesquisa-ação.

A tabela a seguir resume a participação de mulheres, homens e crianças nas oficinas:

	Set/19	Nov/19	Dez/19	Fev/20	Mar/20
MULHERES	28	7	11	10	14
HOMENS	8	6	9	13	7
CRIANÇAS	10	2	3	5	0

Entre as barreiras à participação, o fator mais apontado pelos membros da comunidade foi a grande evasão das jovens (entre 15 e 25 anos) do território, que buscam trabalho e mais oportunidades nas cidades próximas, onde há maior demanda por trabalho doméstico, exercido principalmente pelas mulheres jovens. Elas trocam o campo pela cidade também para estudar e/ou descobrir como poderia ser a vida fora de sua comunidade. Entre aquelas que permanecem, as mulheres tendem a ter mais responsabilidades em suas casas com trabalhos domésticos e de cuidados e há, em alguns casos, estigmas de gênero, como casos de pais e maridos que não gostam que as mulheres estejam fora de casa e interagindo com pessoas que eles não conhecem.

É preciso lembrar que, como em outras esferas da vida social, somos confrontadas com papéis desiguais de gênero mesmo em comunidades territorializadas³⁸ e que esse desequilíbrio terá formas impactos específicos em cada território. Tendo reconhecido que esses desafios estruturais poderiam se fazer presentes e aprendendo mais com os membros da comunidade, desde o início do projeto e ao longo do seu desenvolvimento, tentamos adotar ações que respondessem a esses desafios, como por exemplo:

- Realizar as imersões em um horário compatível com a escola e receber as crianças para que as pessoas responsáveis por seus cuidados também pudessem estar presentes;
- Oferecemos refeições coletivas durante as reuniões, para que a preparação da comida das famílias não se tornasse uma atividade conflitante com as oficinas (e, em vez disso, gerasse uma renda para as mulheres da comunidade que forneceriam seus produtos orgânicos e serviços ao projeto);
- Priorizamos ser um grupo de mulheres facilitadoras do projeto, na esperança de que nossos corpos pudessem ajudar a romper qualquer concepção de que as

³⁸ Bidwell, J. Nicholas; Jensen, Michael. Bottom-up connectivity strategies: Community-led small-scale telecommunication infrastructure networks in the global South. APC, 2019. Disponível em: https://www.apc.org/sites/default/files/bottom-up-connectivity-strategies_0.pdf

redes comunitárias e interação com infraestruturas e tecnologias seriam uma atividade exclusivamente masculina;

- Adotamos também o que chamamos de "método do café", tomando o tempo de ir de casa em casa na comunidade, no dia em que chegávamos, para que todos nos conhecessem melhor, além de falar com as lideranças mulheres e assegurar que todos fossem convidadas/os a se juntar a nós;
- Chegamos ao território através da parceria com a SOF e as mulheres da RAMA, o que nos ajudou a localizar as decisões sobre o futuro da rede comunitária no grupo de mulheres desde o início.
- Pela ligação com a SOF, as mulheres da RAMA sempre estiveram envolvidas nos processos de tomada de decisão – embora nem todas estivessem presentes em todas as oficinas sociotécnicas. Através do projeto, elas assumiram a posição de guardiãs da rede comunitária, sabendo onde as antenas estão instaladas, aonde seu sinal chega e como se comunicar quando há necessidade de manutenção, além de solucionar problemas simples. Elas também são as responsáveis por compartilhar a senha da rede com as famílias e evitar que estranhos estejam para lá apenas para usar sua Internet.

Embora essas ações não tenham garantido a maioria das mulheres que esperávamos ter presentes, essas ações parecem ter funcionado em certa medida, uma vez que conseguimos manter a proporção entre mulheres e homens mais equilibrada do que em processos anteriores de instalação de redes comunitárias que seguimos no Brasil. Conseguimos também que as mulheres da RAMA assumissem a posição de guardiãs de sua rede comunitária, e elas estavam sempre envolvidas nos processos de tomada de decisão, buscando, assim, mobilizar as múltiplas funções necessárias para manter uma rede comunitária em funcionamento, que podem ser acionadas para envolver pessoas com diferentes interesses e habilidades no processo, com o objetivo de fazer com que todos se sintam parte dos resultados alcançados, e não apenas aqueles que aprenderam efetivamente como se aprofundar na configuração de roteadores, por exemplo.

Podemos concluir de nossa experiência que o processo feminista é um esforço constante que envolve homens, mulheres e corpos diversos – tendo em mente que ser uma feminista não é uma condição física nem um estado permanente, ser feminista é uma busca constante por relações mais equilibradas e práticas éticas. É uma jornada cheia de tensões e conflitos. É importante ressaltar, entretanto, que mais do que chegar a um processo ou resultado final perfeito ou infalível – algo que seria impossível num mundo desigual, procuramos construir processos e espaços seguros e acolhedores para pessoas diversas, evitando a naturalização da desigualdade e sendo ativas quando as diferenças, em vez de serem respeitadas e valorizadas, são mobilizadas para produzir discriminação e retirar certos grupos sociais do lugar de produtores de tecnologias e conhecimentos.

Isso significou olhar o conflito como uma oportunidade para quebrar o silêncio ou a invisibilidade em torno de certas normas. Com base nesse encontro, em nossas

próprias experiências, referências feministas³⁹ e educação popular⁴⁰, consideramos as contradições e conflitos não como algo que precisa ser "resolvido" ou "estabilizado", mas como potencial para a reflexão coletiva de diferentes lugares de fala⁴¹, que podem produzir projetos e pesquisas relevantes sobre redes comunitárias. Uma tensão específica que se tornou um gatilho para discussões importantes em nosso projeto foi a questão racial e a posição da branquitude, que abordaremos no tópico seguinte.

Outro exemplo concreto dessa experiência aconteceu na ocasião em que uma adolescente expressou que não deveríamos convidar mulheres jovens, em particular, para trabalhar em conexões elétricas, porque "elas eram desajeitadas". Isso nos levou a ter uma conversa em grupo sobre gênero e tecnologia, em que, como facilitadoras, compartilhamos nossas próprias experiências de enfrentar alguns preconceitos relacionados a gênero e tecnologia e como isso pode minar a autoconfiança das mulheres. Além disso, chamamos especificamente as mulheres para fazer todas as conexões elétricas a partir daquele dia, para ter certeza de que estávamos aplicando na prática o que estávamos considerando em teoria. O que poderia ter sido considerado um problema tornou-se, em vez disso, uma conversa importante, ancorada em fatos e experiências anteriores e locais. Para que isso fosse possível, foi necessário conciliar aspectos da preparação dos processos imersivos com a capacidade de permanecermos abertas ao inesperado e ao que emerge do encontro com os membros da comunidade, quando adotamos um processo de aprendizagem coletiva. Em outras palavras, foi necessário manter nossa escuta e nossos planos abertos a imprevistos, que só se revelam no território. Isso fica ainda mais explícito quando reconhecemos que já o diálogo inicial com Nilce de Pontes Pereira dos Santos havia transformado profundamente este processo e projeto e que, sem seu histórico e conhecimento, esta jornada não seria a mesma.

Em outra ocasião, em nossa última viagem ao Quilombo antes da pandemia, convidamos um homem cisgênero para realizar uma oficina sobre tratamento de bambu, considerando que havia disponibilidade dessa madeira no território e que ela poderia ser uma alternativa para construção das torres necessárias para instalação de antenas em uma região com uma topologia desafiadora para esse tipo de infraestrutura. Por um lado, a oficina de bambu foi um grande ganho para o projeto, pois despertou muito interesse entre as pessoas da comunidade e representou um elo entre os recursos e tecnologias locais e as novas tecnologias digitais. Por outro lado, percebemos que o simples fato de levar um homem cisgênero para estar entre as facilitadoras mudou a dinâmica com alguns dos homens mais velhos nas oficinas, que

³⁹ Nossas principais referências vêm de Estudos Feministas em Ciência e Tecnologia (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998; WACJMAN, 2004) e do feminismo negro interseccional (COLLINS, 2017; CRENSHAE, 2002; PISCITELLI, 2009; RIBEIRO, 2018)

⁴⁰ Hooks, Bell. *Teaching to Transgress: Education As the Practice of Freedom*, 1994. Print.

⁴¹ Em diálogo com o legado teórico da mulher negra e trazendo a perspectiva do lugar de fala, a filósofa brasileira Djamila Ribeiro enfatiza a importância de localizar componentes que são entendidos como uma condição universal – por exemplo, e em particular, a discussão em torno da raça e do racismo, que não pode ser feita apenas pelos negros. Ribeiro, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte. MG. Letramento, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais)

começaram quase imediatamente a considerá-lo como seu principal interlocutor para todo o projeto durante aquela oficina – mesmo que sua contribuição fosse específica para a torre de bambu. Esse episódio reforçou entre nós a importância de ter mais mulheres em lugares de facilitação, inclusive tecnicamente, e também sinalizou para nós a importância de reflexões em torno das masculinidades e de pensar que metodologias podemos acionar para nos ajudar a quebrar com os lugares de privilégio ocupado pela masculinidade nos espaços de facilitação.

Finalmente, embora nosso foco de pesquisa tenha tido na interseccionalidade de gênero e raça, parece importante registrar que existe um aspecto geracional e de classe que também se destacou e que pode ser tratado com mais profundidade em projetos futuros. No processo dessa rede, percebemos que alguns dos participantes mais assíduos e interessados eram jovens entre 18 e 25 anos de idade – pessoas que já deixaram a comunidade para trabalhar fora (devido à necessidade de trabalhar e ganhar dinheiro para suas famílias), mas que retornavam periodicamente à comunidade. Assim, mesmo não planejando viver na comunidade, elas estão realmente emprenhadas no trabalho com a rede, para que possam falar com suas famílias e tornar suas vidas mais confortáveis. Quase nenhuma mulher dessa faixa etária, porém, vivia na comunidade, e os adolescentes não tinham muito interesse nas oficinas. As mulheres mais envolvidas com o projeto tinham menos de 15 anos de idade ou eram mais velhas.

É importante considerar também que em geral tivemos que lidar com uma alta rotatividade de pessoas que participaram de cada oficina. Embora desde o início tivéssemos um problema de ter que voltar para o começo e repetir atividades em consideração aos novos participantes, isso na verdade se revelou positivo, pois, a cada repetição, aqueles que já haviam participado dedicavam tempo para ajudar os recém-chegados e compartilhar seus próprios conhecimentos. Em geral, o envolvimento do maior número possível de pessoas – mesmo em diferentes níveis de participação e profundidade – parecia importante para criar um senso de apropriação coletiva da rede pelas pessoas do território – algo que pode se tornar importante para sua continuidade e resiliência para além deste projeto.

RAÇA E RACISMO

Outro aspecto importante de nosso processo, ao considerar a lente interseccional, aponta também para a necessidade de não apagar as diferenças entre as mulheres, especialmente as de raça neste projeto. Aqui consideramos essencial destacar que trabalhar com mulheres em redes comunitárias não deve se tornar um atalho para ignorar as diferenças entre as mulheres, especialmente no que diz respeito a raça, etnia, classe e capacidades.

Quando chegamos ao território, a única mulher negra em nosso grupo de facilitadoras questionou como nos sentíamos por ser um grupo formado majoritariamente por

mulheres brancas, que viajavam da cidade, chegando em um quilombo, um território habitado em sua maioria por uma população negra. A partir desse questionamento, nosso grupo repensou como a questão da raça deveria ser abordada em nosso projeto – reconhecendo a necessidade de ser pensada com mais profundidade e em diferentes camadas. Nesse sentido, consideramos dois níveis de reflexão. Por um lado, Daiane dos Santos Araújo construiu uma reflexão sobre as relações raciais a partir da condição de única mulher negra em nosso grupo inicial, como também a única em muitos espaços de tecnologias livres e redes comunitárias no Brasil. Por outro lado, as mulheres brancas de nosso grupo também precisavam se reconhecer como racializadas e agir diante dos privilégios sobre os quais sua raça está estruturada – e aqui as discussões de branquitude surgiram como fundamentais. Nesse ponto, separamos o "nós" adotado até agora no artigo para trazer essas reflexões desses dois lugares diferentes.

Em sua reflexão sobre a raça⁴², Daiane aponta que, em geral, os lugares que recebem propostas de redes comunitárias são territórios racializados, como quilombos, comunidades indígenas e periferias urbanas. A construção de redes comunitárias está ligada à formação tecnológica que já existe ali. Mas a presença na produção de tecnologias digitais hoje em dia é em sua maioria branca e masculina. Não apenas a presença, mas todo o processo de pensamento das tecnologias e técnicas digitais são representados a partir de uma perspectiva eurocêntrica e norte-americana. Entretanto, as discussões sobre raça ainda não são vistas como centrais para a maioria dos projetos de redes comunitárias – e esse silêncio sobre uma questão tão latente nesse campo pode representar um eco do racismo estrutural no Brasil. Esse cenário foi indicado por Daiane como um dos fatores-chave que a fez repensar seu envolvimento no campo das redes comunitárias antes de iniciarmos este projeto de pesquisa-ação.

Além disso, ela indica que estar no quilombo – simbolicamente e precisamente um território associado à história da resistência negra no Brasil – a fez refletir e querer permanecer nos espaços das redes comunitárias, vendo nelas oportunidades de construir justiça social, considerando que por meio de processos inconclusos e em disputa, existe a possibilidade de intervenção e exercício prático da liberdade. Segundo Daiane dos Santos Araújo, a vontade de atuar na construção de uma sociedade igualitária pressupõe nos colocarmos em constante revisão, o que possibilita interferir, decidir, comparar e avançar. E isso indica a necessidade de transformar nossas conexões humanas e digitais de uma forma que seja, de fato, acolhedora para os não brancos e pensada a partir de uma proposta anti-racista.

Se considerarmos que, como Daiane, muitas pessoas negras podem se sentir silenciadas e distanciadas dos espaços de interação com infraestruturas e tecnologias digitais, quão coletiva pode ser de fato a instalação e a gestão de redes autônomas e comunitárias? E por que as pessoas brancas, que são a maioria nesse campo no Brasil, não estão pensando o racismo e o anti-racismo a partir de sua própria posição?

⁴² Essa reflexão foi materializada através de uma consultoria sobre questões raciais fornecida por Daiane dos Santos Araújo para este projeto.

Foi então que mobilizamos o conceito de branquitude⁴³ como pilar fundamental de nosso processo, sendo um grupo majoritariamente branco. A noção de branquitude proposta por Lia Vainer Schucman nos ajudou a entender essa posição em que os sujeitos que a ocupam são sistematicamente privilegiados em relação ao acesso a recursos materiais e simbólicos, como parte de um processo iniciado pelo colonialismo e pelo imperialismo e que continua sendo sustentado e preservado hoje em dia. Acreditamos que as reflexões sobre a branquitude podem e devem ser mobilizadas para desafiar uma percepção geral entre as pessoas brancas de que as únicas que pertencem a uma raça são as não brancas. Esse conceito nos indicou a necessidade de que as pessoas brancas – além de adquirirem mais consciência de sua raça – promovessem mudanças em suas microposições de poder e ação. E também se engajassem em uma mudança estrutural dos valores culturais de modo que a branquitude, como lugar normativo de poder, possa se tornar uma identidade étnico-racial em que o racismo não seja um pilar que a sustente.

Então nos perguntamos o que isso pode significar para as pessoas envolvidas na construção e fortalecimento de redes comunitárias? No Brasil, a maioria dos projetos que tratam da conectividade através da busca de autonomia são impulsionados principalmente por homens brancos, embora sejam implementados e ocorram em territórios compostos principalmente por pessoas negras e indígenas. Assim como não tínhamos incorporado a noção de branquitude como uma discussão fundamental em nosso projeto de saída, trabalhamos com a presunção de que outros grupos também podem não estar fazendo isso. Isso nos fez entender que praticar a interseccionalidade é olhar o que está ao redor das experiências locais e não ser um reproduzidor de silêncios estruturais da sociedade, mesmo que isso não seja um processo linear, mas cheio de voltas e reviravoltas, acertos e fracassos. Portanto, a partir de nossa experiência, a branquitude se torna um conceito necessário e importante para sacudir os envolvidos na construção de uma rede comunitária e do futuro deste campo como um todo.

A CONSTÂNCIA DO IMPREVISTO

Se, por um lado, a pandemia nos impediu de continuar os processos imersivos e coletivos no território, por outro, enfatizou a necessidade de conectar a rede comunitária do Quilombo Terra Seca à Internet, em um momento em que atividades essenciais, como escola e acesso a auxílio financeiro de emergência se deslocaram para um ambiente on-line como consequência de medidas de distanciamento e isolamento social. O cenário de emergência sanitária tornou mais difícil o planejamento, pois não sabíamos se as condições de saúde permitiriam que nossos planos fossem implementados. Experimentamos também o impacto emocional da

⁴³ [SCHUCMAN, Lia Vainer](http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicol. Soc.* [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.83-94. ISSN 1807-0310. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>

situação enfrentada em nós mesmas, além de um contexto de incertezas e incógnitas que paralisaram as atividades do projeto por alguns meses.

No final, fizemos alguns ajustes para poder prosseguir. Mudamos a dinâmica coletiva para viagens ocasionais ao Quilombo, em equipes reduzidas e seguindo um protocolo sanitário, com o objetivo de concluir a instalação da rede e garantir sua conexão à Internet. Fizemos entrevistas semiestruturadas para avaliar o processo. E pensamos em outras formas de compartilhar os resultados da pesquisa-ação com a comunidade, como a produção de três zines (um pequeno tutorial técnico recapitulando o processo, um guia de segurança on-line e um zine sobre as reflexões de gênero e raça reunidas neste artigo) que foram impressos e distribuídos no território, além de um vídeo para apresentar em primeiro plano as reflexões dos membros da comunidade sobre o processo em suas próprias palavras⁴⁴. Estamos buscando, através da comunicação local e espaços virtuais, novas maneiras de promover reuniões e trocas de conhecimento, impactadas ainda mais por uma crescente tensão do agravamento da pandemia em nosso país. Esse período nos fez incorporar novas questões em nossas reflexões: como pensar redes territorializadas que florescem a partir do encontro entre diferentes pessoas, como a experiência deste projeto, em tempos em que estar juntos pode ser um risco para a saúde? Como a pandemia impactará o futuro das redes comunitárias?

Como pessoas que vivem em grandes centros urbanos, nossa presença no Quilombo poderia representar um risco para os membros da comunidade, que já viviam em áreas menos densamente povoadas e também – felizmente – tinham acesso prioritário à vacina em nosso estado. Nossos corpos e movimentos passaram a ser observados e regulados levando em consideração as questões de saúde emergentes e seus impactos sociais. Estamos sendo remodelados por um novo contexto que nos foi imposto e, ao mesmo tempo, respondendo a ele de diferentes maneiras – ou seja, muitas respostas e reflexões podem surgir num futuro próximo.

A pandemia trouxe implicações práticas para o projeto. Tivemos que redesenhar as atividades do projeto, o que impactou seu cronograma e seu orçamento. A flexibilidade e o apoio da rede FIRN foi fundamental, uma vez que nos permitiu navegar em tempos desafiadores. Aqui trazemos uma reflexão que não será explorada a fundo neste artigo, mas traz um lembrete de um aspecto importante das articulações das redes comunitárias: a flexibilidade para enfrentar o imprevisto e responder aos desdobramentos locais também é vital do ponto de vista da concessão e do financiamento.

Nas entrevistas de avaliação que fizemos no final do projeto, perguntamos sobre os melhores e os piores aspectos deste processo. E a resposta que obtivemos foi que o pior aspecto foi a pandemia, que bloqueou todos os espaços que tínhamos para

⁴⁴ Em 2021, o vídeo ainda estava pendente, mas deve ser finalizado assim que for possível retornar ao território e disponibilizado em <https://firm.genderit.org/research/encounters-coffees-and-conflicts-reflections-action-research-feminist-autonomous-network>

discutir e falar mais profundamente sobre ela. Nossos processos participativos foram impactados.

Por outro lado, também enfrentamos imprevistos gratificantes nesse momento desafiador: quase imediatamente após termos conectado a rede comunitária à internet, recebemos muitos retornos positivo da comunidade e pudemos restabelecer uma comunicação mais sólida com as pessoas. Mulheres a partir dos 40 anos que estavam acostumadas a ir para as margens da rodovia para obter sinal 3G ou 4G e poder realizar suas atividades econômicas relacionadas à agricultura (como receber os pedidos e os detalhes do processo de entrega) agora podiam fazer isso no conforto de sua casa e nos enviavam áudios expressando sua alegria com relação a isso. Além disso, a conectividade de internet permitiu que as mulheres agricultoras participassem de eventos políticos e webinários sobre a proteção de seu modo de vida e da natureza que as cerca, o que não acontecia antes. Foi também essa conexão que nos possibilitou vê-las em eventos on-line, mostrando que a conexão de cerca de 15 famílias poderia ter um impacto no direito de saber para um número maior de pessoas que puderam ouvir suas reflexões e saber mais sobre suas lutas.

Como uma das mulheres da comunidade que entrevistamos disse em sua avaliação final do processo, com a rede comunitária ela sentiu que elas "têm o direito de falar também, porque até aquele momento nós éramos apenas ouvintes. E com a inclusão na mídia digital que está sendo construída, esperamos ter mais oportunidades para apresentar nossas necessidades e demandas além da comunidade." Essas confluências nos animam a insistir nas conquistas e alegrias existentes e compartilhadas, mesmo quando estamos lutando em tantas camadas.

Outro bom feedback que recebemos diz respeito ao conhecimento e apropriação que aquelas mulheres tinham da rede comunitária, sabendo onde as antenas estão instaladas, aonde seu sinal chega e sabendo solucionar um problema simples e indicar onde há necessidade de manutenção. Elas também são as responsáveis por gerenciar o compartilhamento da senha da rede. Graças a esse papel, a comunidade, incluindo os homens, tende a ver e valorizar essas mulheres como as responsáveis por trazerem conectividade para seu território e manterem a tomada de decisões em torno dela.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA NÃO CONCLUIR

A fim de compartilhar algumas considerações finais do campo da infraestrutura feminista, gostaríamos de voltar a uma pergunta que nos moveu desde o início: se "feminista" não significa feita por mulheres, o que significa?

Para nós, por um lado, significou trabalhar com habilidades de escuta e nos mantermos abertas ao que somente a experiência localizada e os encontros específicos podem oferecer. A lente interseccional e as referências da educação popular também nos ajudaram a olhar para tensões e conflitos não como algo que precisa ser estabilizado,

mas como uma oportunidade para abrir diálogos importantes entre nós e os membros da comunidade, rompendo com silêncios estruturais. Por outro lado, significou procurar construir ambientes físicos e digitais que considerem múltiplos interesses e necessidades a partir de uma perspectiva de gênero e raça que, quando construída coletivamente por diferentes grupos e corpos, é de fato capaz de reunir diferentes grupos e corpos de maneira acolhedora⁴⁵.

Em países marcados pela desigualdade, como o Brasil, é muito comum que em comunidades onde a internet e outras formas de conectividade estão ausentes haja uma ausência de direitos, que pode ser agravada ainda mais pela combinação de desigualdades, como gênero, classe, raça, idade, entre outras. Isso nos leva à necessidade de levar a perspectiva interseccional ao campo do acesso, pois, caso contrário, a conectividade pode, como resultado, tornar-se uma ferramenta que beneficia principalmente os homens brancos cisgêneros e/ou reforça os valores e desigualdades patriarcais, colonialistas e racistas. Ou seja, se as redes comunitárias trazem consigo o potencial de reconhecer, valorizar e fortalecer outras formas de vida e de aprendizagem e outros modelos de desenvolvimento, parece apropriado, então, que as discussões nesse campo se somem a outros campos que, muito antes da Internet, já se concentravam em formas de romper com o imperialismo e os legados coloniais. Nesse sentido, em nosso processo, o feminismo interseccional, a educação popular e as discussões raciais, incluindo a questão da branquitude, têm sido fundamentais.

Finalmente, a pandemia trouxe novos conflitos para as redes comunitárias e para nossa experiência. Ela destacou que combater a desigualdade de conectividade com uma perspectiva interseccional e promover o acesso autônomo é ainda mais urgente agora, apesar dos desafios emergentes.

Além disso, o campo das infraestruturas feministas nos ajudou a ter em mente que as tecnologias não são neutras, mas também não se limitam aos usos e interesses dos que estão no poder – sempre haverá escapes, brechas e múltiplas formas de viver e agir. Somos, portanto, convidadas a agir em um campo marcado por disputas em que os encontros, os diálogos e a multiplicidade de vozes serão decisivos para desafiar normas e buscar estratégias coletivas para superar barreiras e desigualdades – as históricas e as que estão surgindo ou se intensificando.

⁴⁵ Como pesquisadores e ativistas feministas, precisamos manter “uma crítica e uma reflexão de nossas próprias práticas de dominação, bem como das práticas dos outros e das partes desiguais de privilégio e opressão que compõem todas as posições” (Donna Haraway, 1995).

Mais informações sobre esse projeto em bit.ly/feminist_infrastructure_cn